

TOPONÍMIA DE RONDÔNIA

(*Gentílicos*)

*Gerino Alves da Silva Filho **

Introdução

A designação dos lugares por topônimos deixa a necessidade de se saber de onde vieram esses nomes que denominam as vilas e cidades do Estado de Rondônia. O nome surge em decorrência de vários fatores, como uma homenagem a uma pessoa muito querida ou que tenha tido alguma notoriedade; manter viva a saudade da terra natal, que se deixou por outras plagas; distinguir um acidente geográfico do lugar; identificar a ocorrência de determinados tipos de vegetais, animais ou minerais ou uma tribo indígena que habitou a região; etc. Assim surgem topônimos de cidades como Governador Jorge Teixeira, Ministro Andreazza, Ouro Preto do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Seringueiras, Arique-
mes, Jaru e outros.

Em Rondônia é comum surgirem topônimos designando pequenas localidades do interior do estado, que representam homenagens dos migrantes às suas cidades de origem,

deixadas com muita saudade para colonizar o oeste brasileiro. Essas localidades, quando crescem e se desenvolvem, tentam suas emancipações e se vêem na obrigação de trocar de nome, porque a lei proíbe a criação de novo município com a denominação de outro já existente. Podemos citar alguns exemplos de localidades de Rondônia nessa situação, ou seja, que tiveram que mudar o nome de origem, para possibilitar sua emancipação. Nova Esperança tornou-se Município de Corumbiara, porque já existia cidade com esse nome no Paraná; União da Vitória se tornou Município de Castanheiras, pois não poderia receber o mesmo nome do seu homônimo paranaense; e Rio Crespo deixou de ser emancipado como Cafelândia, porque já havia município com esse nome no Paraná e em São Paulo.

Os migrantes de Rondônia precisam aprender a amar as coisas dessa terra mãe adotiva, que os recebe tão bem, cheia de amor e carinho. Ron-

dônia possui nomes próprios tradicionais que identificam a luta secular dos bravos que conquistaram essas plagas para formação desse estado acolhedor. Utilizemos as coisas da terra para denominar nossos lugarejos, vilas e cidades. Citamos nomes belíssimos que podem vir a ser usados: Pacaás Novos, Moreira Cabral, Providência, Sargento Paixão, suas serras mais importantes; seus rios e igarapés, tais como: Cuniã, Aponiã, Jacundá, Curica, Anari, Manduquinha, Cautário, Mequéns, Tanaru, Carumixaru, Comemoração, Acangapiranga, Muqui e tantos outros; suas tribos indígenas como Caripuna, Caxarari, Tubarão Latundê, Cinta Larga, e outras; e figuras políticas e/ou comunitárias que muito fizeram por essa terra: Aluízio Pinheiro Ferreira, padre Adolfo Rohl, marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, capitão Sílvio Gonçalves de Farias, presidente Ernesto Geisel, presidente João Batista de Figueiredo e tantos outros.

* Engenheiro agrônomo, tecnólogo senior III do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, lotado na Divisão de Pesquisas do Estado de Rondônia, supervisor estadual das Estatísticas Agropecuárias, autor de "Divisão Territorial de Rondônia", "Toponímia de Rondônia", "Hidrografia e Orografia de Rondônia", "Monografia do Estado de Rondônia" e "Ruas de Porto Velho".

Não podemos esquecer os pioneiros que abriram caminhos e conquistaram esse prodigioso rincão para os que vieram depois, com padre João de Sampaio, Francisco de Mello Palheta, Antônio Raposo Tavares, Luiz Fagundes Machado, Manoel Félix de Lima, Frei Jesualdo Macchetti e outros.

Este trabalho traz a toponímia dos cinquenta e dois municípios e sessenta e um distritos oficiais do Estado de Rondônia criados legalmente e que fazem parte do Cadastro Genealógico dos Municípios Brasileiros da Divisão Territorial do Brasil - DTB - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estado de Rondônia

Por sugestão do Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Getúlio Vargas, Dr. Mendonça Lima, o território federal, a ser formado por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, se chamaria "Rondônia", em homenagem ao general Cândido Mariano da Silva Rondon. Quando soube da notícia, o Gen. Rondon recusou a justa homenagem, por ser um homem simples. Foram sugeridos outros nomes como Minas Novas, Madeira, Urucumacuan e Guaporé. A nova unidade federativa nasceu com o nome de Território Federal do Guaporé, criado em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, formado por terras do Estado do Amazonas e do Estado de Mato Grosso.

O nome Guaporé foi escolhido em homenagem ao rio que nasce na Chapada dos Parecis, no Estado de Mato Grosso, deságua no rio Mamoré no Estado de Rondônia e separa o Brasil da República da Bolívia.

O rio Guaporé foi ponto de acirrada disputa entre os espanhóis e os portugueses na expansão de suas fronteiras nos domínios da América do Sul, até a assinatura do Tratado de Madri em 1750, que definiu os limi-

tes entre as terras das Coroas espanhola e portuguesa, fronteiras que perduram até hoje com pouquíssimas alterações.

O deputado federal do PTB pelo Estado do Amazonas, Áureo Bringel Mello, nascido em Abunã, apresentou o Projeto de Lei nº 252/55 que se transformou na Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, mudando o nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. O topônimo Rondônia surgiu em dezembro de 1915 quando o etnólogo Roquette Pinto, impressionado com a Comissão Rondon, pronunciou o nome "Terras de Rondônia", na série de palestras que fez no auditório do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, ao retornar do noroeste de Mato Grosso.

Em seu livro publicado na "Revisita do Brasil" (ano de 1916, página 169), escreveu Roquette Pinto: - "Na primeira das preleções que fiz em dezembro próximo passado no Museu Nacional, depois de apontar as principais características da obra gigantesca da Comissão de Linhas Telegráficas, no extremo oeste brasileiro, propus que se nomeasse - Rondônia - a extensa faixa de terra que Rondon descobriu, palmilhou e começou a civilizar." ("Nas Selvas Amazônicas", 1961, página 301, Manoel Rodrigues Ferreira).

O deputado federal Áureo Mello adotou a idéia de Roquette Pinto e propôs a denominação, em definitivo, de Rondônia àquela unidade político-administrativa, homenageando o desbravador que ligou uma região inóspita do oeste brasileiro ao resto do Brasil.

Sem tirar a oportunidade do ato do deputado federal Áureo de Mello, vale salientar que se utilizou o nome "Rondônia", em homenagem ao Mal. Rondon, antes da mudança do nome do território, quando em 1945 foram definidos os limites entre os Municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim e seus distritos, e um desses distritos foi denominado de

Rondônia, mais conhecido como Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná.

Gentílico: rondoniense ou rondoniano.

Abunã (Distrito de Porto Velho)

"Pernoitamos em Abunã, numa pensão instalada numa casa de madeira construída pelos norte-americanos entre 1911 e 1912." ("A Ferrovia do Diabo", 3ª edição, página 364, Manoel Rodrigues Ferreira).

No dia 7 de setembro de 1911 foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, que ia de Porto Velho (ponto inicial) ao acampamento situado no km 220, nas proximidades da foz do rio Abunã no Rio Madeira. Com a conclusão dos trabalhos da ferrovia, esse acampamento foi transformado em estação ferroviária, como ponto de apoio, onde pernoitavam os trens; e a estação por estar próxima ao rio Abunã recebeu o seu nome.

O nome Abunã pode vir da contração de abuna, que significa padre da Companhia de Jesus em tupi-guarani, com *anama*, que quer dizer parente, família, parentela, ou seja, lugar onde residiam as famílias dos padres. No Estado do Amazonas abunã é um pirão feito de ovos de tartaruga com farinha de mandioca, adicionada ao açúcar.

O governo de Mato Grosso, querendo marcar presença na região, transformou a estação ferroviária de Abunã em distrito do Município de Santo Antônio do Rio Madeira, com o nome de Presidente Marques, uma homenagem ao Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente de Mato Grosso no período de 1911 a 1915. O nome Presidente Marques não prosperou e caiu no esquecimento, apesar de ser um topônimo oficial, mas vigorou até o dia 17 de abril de 1945 quando, através do Decreto-Lei nº 7.470, foi criado o Distrito de Abunã, em Porto Velho, municí-

pio do novo Território Federal do Guaporé, criado em 1943, situação que se mantém até a data de hoje.

Alta Floresta d' Oeste

O nome Alta Floresta é originário da densa floresta que existia no local onde foi fundada a cidade. Como já existia município brasileiro com o nome de Alta Floresta no Estado de Mato Grosso e a lei proíbe a criação de novo município com esse nome, para diferenciá-lo foi acrescentado a expressão d'Oeste, isto porque Rondônia está localizado no oeste do Brasil.

Com o nome de Alta Floresta d'Oeste o município foi criado pela Lei nº 104, de 20 de maio de 1986, assinada pelo governador Ângelo Angelin, com área desmembrada do Município de Costa Marques.

Gentílico: alto-florestense-d'oeste ou alto-florestano-d'oeste.

Alto Alegre dos Parecis

A povoação surgiu com o nome de Alto Alegre, denominada pelo Sr. José Bezerra, genitor do Professor João Bezerra, por estar o lugar situado numa região de serras.

O deputado Reditário Cassol, autor do projeto de emancipação, foi orientado por Gerino Alves, delegado do IBGE, para que acrescentasse a expressão "dos Parecis", diferenciando dos municípios de igual nome já existentes em São Paulo e Roraima, e também como homenagem a uma das mais importantes cordilheiras existentes no Brasil. A Chapada dos Parecis, que atravessa os Estados de Mato Grosso e Rondônia, recebeu esse nome em homenagem aos seus habitantes, os índios Parecis, da grande nação Aruaco, formada pelas tribos Coxarini, Uaimaré e Caxiniti.

Sugestão aceita, o projeto de emancipação já tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Alto Alegre dos Parecis e sua criação ocorreu no

dia 22 de junho de 1994, através da Lei nº 570, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Alta Floresta d' Oeste e Cerejeiras.

Gentílico: alto-alegrense-dos-parecis.

Alto Paraíso

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra e os primeiros colonizadores da região quando ali chegaram subiram uma elevação e descobriram uma paisagem exuberante e indescritível, que dava a impressão de ser o paraíso prometido; daí teria surgido o nome que denominava um paraíso existente em um lugar alto.

O projeto de emancipação que tramitava na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia foi escolhido, dentre outros 21, para fazer parte do item VIII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989. Como foi argüida a inconstitucionalidade da matéria, o projeto seguiu pelos trâmites normais e com o nome de Alto Paraíso o município foi criado pela Lei nº 375, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Ariquemes e Porto Velho.

Gentílico: alto-paraisense.

Alvorada d' Oeste

Por volta do ano de 1979 um grupo de migrantes se aglomerou no cruzamento da linha 52 com a RO-2 (hoje BR-429) e decidiu fundar uma povoação naquele lugar.

O senhor João Távora, proprietário de um dos lotes onde seria criada a povoação, tinha colocado uma placa com o nome "Sítio Alvorada", para identificar sua propriedade, em homenagem ao Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da

República. Os pioneiros fundadores do lugarejo mantiveram o nome de Alvorada para a nova localidade.

O projeto de emancipação tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Alvorada d' Oeste, para diferenciá-lo do nome do Município de Alvorada, Rio Grande do Sul, pois a lei não permite a criação de um novo município com nome igual a de um outro já existente.

O Município de Alvorada d' Oeste foi criado pela Lei nº 103, de 20 de maio de 1986, assinada pelo governador Ângelo Angelin, com área desmembrada do Município de Presidente Médici.

Gentílico: alvoradense-d'oeste.

Araras (Distrito de Nova Mamoré)

A povoação surgiu como um acampamento à época da existência da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, lugar que continuou existindo após a desativação da ferrovia, alcançando crescimento desmesurado quando da explosão do garimpo de ouro no rio Madeira na primeira metade da década de 80.

O nome vem dos índios Araras, que habitavam a bacia hidrográfica do igarapé, que desemboca próximo à décima cachoeira (rápido ou corredeira) do rio Madeira, que também recebeu essa denominação, tendo sido chamada pelos portugueses que navegaram por este rio de Mamorini, Figueira ou Araras.

Arara, tribo indígena brasileira tupi e xapacura que habitava a bacia do rio Madeira. Araras, também nome de quinze espécies de grandes psitacídeos americanos, de bico extremamente grande e forte, pertencentes aos gêneros *Anodohynchus*, *Cyanopsitta* e *Ara*.

O Distrito de Araras foi criado em 4 de novembro de 1991, através da Lei Municipal nº 089, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa.

Ariquemes

A povoação surgiu com o nome de Papagaio fundada pelos seringueiros e seringalistas que exploravam a extração do látex naquela região do rio Jamari por volta de 1880. O nome Papagaio teria vindo da existência de quantidade excessiva dessa ave em barreiros que havia no lugar.

No decorrer da construção da linha telegráfica que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, Rondon instalou, às margens do rio Jamari, no povoado Papagaio, um posto telegráfico, que chamou de Arikeme em homenagem aos índios que habitavam a bacia do rio Jamari. A partir daí o lugar passou a ser chamado de Ariquemes, inclusive o seringal que dominava a região.

Em 1943, com a criação do Território Federal do Guaporé, a localidade de Ariquemes foi elevada à categoria de distrito do Município de Porto Velho, através do Decreto-Lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945.

Na década de 60 com a descoberta de enorme quantidade de cassiterita na região, surgiu, entre a BR-364 e a antiga sede do distrito, em volta de um campo de pouso, uma povoação que mantinha o nome de Ariquemes. Era uma espécie de expansão da Vila de Ariquemes. Em 1971, com a proibição da garimpagem manual da cassiterita, houve uma queda significativa no crescimento da vila.

Ainda na primeira metade dos anos 70 foram implantados dois projetos de colonização na região: Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro e Projeto de Assentamento Marechal Dutra. A implantação dos projetos de colonização e o intenso fluxo migratório para a Vila de Ariquemes levaram o prefeito de Porto Velho, Antônio Carlos Cabral Carpinteiro, a planejar e implantar uma Ariquemes nova para a sede do distrito. A Ariquemes nova foi construída às margens da BR-364, em lado oposto à antiga vila, que passou a se chamar de Vila Velha. O novo

lugar cresceu vertiginosamente mantendo o nome de Ariquemes.

O Distrito de Ariquemes, com o mesmo nome, foi elevado à categoria de município através do artigo 47 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente da República Ernesto Geisel, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

Gentílico: ariquemense.

Buritis

O município foi criado no dia 27 de dezembro de 1995, através da Lei nº 649, assinada por Valdir Raupp, governador do Estado de Rondônia, com áreas desmembradas dos Municípios de Campo Novo de Rondônia e Porto Velho.

O nome vem do plural de uma palmeira (*Mauritia vinifera*), de cujo fruto amarelo se extrai óleo e o broto terminal, conhecida também por coqueiro-buriti, buritizeiro, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandaí-guaçu.

Gentílico: buritiseense.

Cabixi

Os bandeirantes paulistas do Século XVII chamaram de Cabixi o rio que nasce na Chapada dos Parecis e deságua no rio Guaporé, em homenagem aos índios Cabixis que habitavam a região. Cabixi era o nome pelo qual os índios Cozarini, da nação Nhambiquara, eram chamados pelos índios Uaimaré e Caxiniti, do grupo Parecis.

A povoação que surgiu na linha Primeiro Eixo, nas proximidades da margem direita do rio Cabixi, dentro do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, recebeu o nome de Cabixi em homenagem ao rio e aos seus habitantes primitivos.

A localidade foi elevada à categoria de município com o nome de Cabixi, através da Lei nº 208, de 6 de julho de 1988, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana,

com área desmembrada do Município de Colorado do Oeste. Foi revogada a Lei nº 201, de 7 de junho de 1988.

Gentílico: cabixiense.

Cacaulândia

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Deodoro, com o nome de Cacaulândia, porque a região é um importante pólo produtor de cacau, fruto do cacauero (*Theobroma cacao*), árvore da família das Esterculiáceas.

O projeto de emancipação fez parte dos 21 "municípios" das Disposições Transitórias da Constituição de Rondônia de 1989, no item XVI, do parágrafo único, do artigo 42. Argüida sua inconstitucionalidade, tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Cacaulândia, sendo transformado em município pela Lei nº 374, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Osvaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ariquemes.

Gentílico: cacaulandiense.

Cacoal

O coronel Rondon sugeriu ao seu guarda-fios Anízio Serrão de Carvalho, paraibano, que construísse uma casa às margens do rio Machado ou Ji-Paraná, nas proximidades da foz do igarapé Pirarara, e requeresse o local para instalação de um seringal. No lugar havia muito cacau nativo, o que levou o Sr. Anízio Serrão a denominar de Cacoal a sede do seringal que se formava. Cacoal, sede do seringal, às margens do rio Machado ou Ji-Paraná, passados os tempos áureos da extração da borracha, se transformou em sede da Fazenda Cacoal.

Em 1960, quando abriram a BR-29 (hoje BR-364), um seringueiro construiu, às margens da estrada, próximo ao igarapé Pirarara, um barraco

que serviria, no futuro, como ponto de referência para os colonos que migravam para Rondônia.

No dia 5 de junho de 1972 chegou às margens do igarapé Pirarara, na BR-29 (hoje BR-364), um grupo de migrantes composto dos Srs. Amândio Rodrigues d'Ávila, Olívio de Tal, Siriaco do Nascimento, Manoel Gomes dos Santos, Pedro Alves Corrêa, Jesuíno Rodrigues d'Ávila, Colares Pinto Rabelo, Antônio Petroni, Abes Antenor Nunes de Oliveira (vulgo Orlando) e Francisco Nominato Fritz e família, juntando-se aos seringueiros e posseiros já residentes na região. Acamparam em torno da pequena venda do seringueiro, enquanto aguardavam a demarcação e distribuição dos seus lotes no Projeto de Colonização Gy-Paraná, criado pelo INCRA para assentar os colonos. O lugar cresceu tanto que obrigou o INCRA a demarcar, no cruzamento da linha 07 com a BR-364, uma vila, distribuindo os lotes urbanos entre os colonos que ocupavam o local. Apesar de no início, até por volta de 1975, ter recebido o nome de "Cassilândia", o que vingou mesmo foi o nome Cacoal.

Cacoal é uma corruptela de cacau-al, que significa plantação de cacauzeiros (*Theobroma cacao*), árvores da família das Esterculiáceas, que produzem o cacau, matéria-prima do chocolate.

Com o nome de Cacoal o município foi criado pelo artigo 47 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente da República Ernesto Geisel, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

Gentílico: cacoalense.

Calama (Distrito de Porto Velho)

Os desbravadores portugueses descobriram uma ilha no rio Madeira, próximo da foz do rio Ji-Paraná ou Machado no rio Madeira, e possivelmente a denominaram de Cala-

ma, em decorrência da existência de grande quantidade de um tipo de palmeira que abundava no lugar (Calâneas, de cálam + eas, tribu de Palmeiras, na classificação *Kunth*).

Existe também a possibilidade de o nome ter sido dado pelos caucheiros e seringueiros bolivianos que fundaram o povoado e ocuparam, no último quartel do Século XIX, a região do "Território Madeira-Mamoré" até a localidade de Juma, situada a jusante da atual cidade de Humaitá.

Segundo Lourenço da Silva Araújo e Amazonas em seu livro "Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo do Alto Amazonas", publicado, em 1852, em Recife e Pernambuco e reeditado em Manaus, Amazonas, em 1984, pela GRAFIMA, página 49, o litoral da foz do rio Ji-Paraná ou Machado no rio Madeira era conhecido como Camuán. Nas proximidades da sua foz está localizada Calama.

O local se tornou ponto obrigatório de parada para os que penetravam no rio Ji-Paraná ou Machado, com destino aos seringais da região para extração do látex, tendo a Firma Ascensi & Cia. instalado um barracão nesse local, para recebimento das pélas de borracha produzidas, principalmente nas Bacias Hidrográficas dos Rios Ji-Paraná e Jamari, de onde eram embarcadas para Manaus.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM intensificou o movimento de cargas e passageiros, o que levou a companhia de navegação Amazon Steam a criar uma linha regular de transporte fluvial no rio Madeira, entre Manaus e Santo Antônio, com diversas escalas. Nessas paradas, para abastecer de lenha os navios, foram construídos portos, onde surgiram pequenos núcleos populacionais. Calama foi um dos portos de parada dos navios da Amazon Steam.

Em 17 de abril de 1945 o povoado de Calama foi elevado à categoria de distrito do Município de Porto Velho, através do Decreto-Lei nº 7.470, situação que se mantém até hoje.

Campo Novo de Rondônia

O nome teve origem na construção de uma nova pista de pouso naquela região de garimpo. As pessoas se referiam ao lugar como "campo novo", ou seja, o novo campo de pouso.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Campo Novo de Rondônia, porque já existia município no Rio Grande do Sul com o mesmo nome.

O deputado Amizael Silva, relator da Constituinte de 1989, considerou o nome muito extenso e sugeriu o nome de "Garimpeiros", uma justa homenagem aos trabalhadores que desbravaram aquela região, que todavia teve vida efêmera, porque a população não concordou com a mudança.

O nome original do projeto fez parte do item XII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição de 1989, sendo argüida sua inconstitucionalidade.

Com nome de Campo Novo de Rondônia o município foi criado pela Lei nº 379, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Osvaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

Gentílico: campo-novense-de-rondônia.

Candeias do Jamari

Surgiu como povoação no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o rio Candeias, afluente do rio Jamari, e ficou conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que banha a cidade.

Em 14 de novembro de 1939, o interventor federal substituto do governo do Estado de Mato Grosso, J. Ponce de Arruda, criou no Município de Alto Madeira (antigo Santo Antônio do Rio Madeira), através do ato n.º 2.213, um distrito policial com a denominação de "Candeias".

Por orientação do IBGE de Rondônia o projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Candeias do Jamari, porque já existiam municípios com a denominação de Candeias, na Bahia e em Minas Gerais. Por ser o rio Candeias um afluente importante do rio Jamari, o município recebeu esse nome como complemento.

O projeto de emancipação foi incluído no item XV, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição de Rondônia de 1989, todavia foi argüida a inconstitucionalidade do ato.

O município foi criado com o nome de Candeias do Jamari pela Lei nº 363, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

Gentílico: candeense-do-jamari.

Castanheiras

Possivelmente o nome União da Vitória, que denominava um dos núcleos urbanos de apoio rural do Projeto de Colonização Rolim de Moura, foi sugerido por um migrante vindo do município paranaense de igual nome e com esse topônimo foi apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia projeto de emancipação do NUAR de União da Vitória.

Em setembro de 1989, à época da elaboração da nova Constituição do Estado de Rondônia, houve várias reuniões para a escolha dos projetos, dentre os que tramitavam na Assembléia Legislativa, que fariam parte das Disposições Transitórias para alcançarem suas emancipações. O relator deputado Amizael Silva, seu assessor Gesson Magalhães e o delegado do IBGE em Rondônia, Gerino Alves, discutiam detalhes, como limites e topônimos, quando o relator foi alertado pelo chefe do IBGE que alguns municípios estavam impedidos por lei de usarem os

nomes que constavam nos projetos originais, dentre esses encontrava-se União da Vitória. O delegado do IBGE citou acidentes geográficos e a ocorrência de vegetais, animais e minerais que abundavam na região e que poderiam dar nome ao futuro município. O deputado Amizael Silva escolheu inicialmente Castanhal, porém já existia um município no Pará com esse nome; em seguida, sugeriu o nome de Castanheiras, devido à existência abundante na região dessa árvore (*Bertholletia excelsa*) da família das Lecitidáceas.

Com o nome de Castanheiras foi incluído no item XXI, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias Constitucionais, porém argüida sua inconstitucionalidade, o município foi criado pela Lei nº 366, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Rolim de Moura.

Gentílico: castanheirense.

Cerejeiras

No Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, inicialmente chamado de Colorado, surgiu uma povoação no cruzamento da Linha Terceira Eixo com a Linha Três, onde antes existia a Fazenda Escondido.

O núcleo urbano de apoio rural que surgiu naquele lugar recebeu o nome de Cerejeiras, devido à existência em abundância da cerejeira, que é o nome vulgar de vários gêneros de árvores que vicejam nas regiões Norte e Nordeste, cuja madeira é utilizada na construção civil de luxo, carpintaria e construção naval, conhecida também por cumaru, cumaru-de-cheiro, emburana, emburana-de-cheiro, imburana, imburana acreana, umburana, umburana brava, cerejeira (amarela, rajada, esverdeada e rajada e preto).

O município foi criado no dia 5 de agosto de 1983, pelo Decreto-Lei nº 071, assinado pelo governador

Jorge Teixeira de Oliveira, com área desmembrada do Município de Colorado do Oeste.

Gentílico: cerejeirense.

Chupinguaia

O nome vem de um rio que banha a região, afluente da margem direita do rio Pimenta Bueno. Segundo informação pessoal do escritor rondoniense Francisco Matias, na língua dos índios Latundê, que habitam a região, significa "rio de sangue".

O município foi criado no dia 27 de dezembro de 1995, através da Lei nº 643, assinada pelo governador Valdir Raupp de Matos, com áreas desmembradas dos Municípios de Vilhena e Corumbiara.

Gentílico: chupinguaense.

Colorado do Oeste

Com o fluxo migratório em grande escala para o Território Federal de Rondônia, no início da década de 70, produtores ocuparam desordenadamente a região entre a cidade de Vilhena e o rio Guaporé, obrigando o INCRA/RO a implantar, em 1975, o Projeto Integrado de Colonização Colorado, depois denominado Paulo Assis Ribeiro, em homenagem ao chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia-SEMTA -, que tinha como finalidade encaminhar trabalhadores para os seringais da Amazônia, à época da segunda Guerra Mundial, e também presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA.

A denominação veio do rio Colorado ou Vermelho, de águas barrentas causadas pela terra roxa da região.

Através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978, o núcleo de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro foi transformado em distrito do Município de Vilhena, com o nome de Colorado.

Com o nome de Colorado do Oeste o município foi criado pela Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, com área desmembrada do Município de Vilhena. O nome do distrito recebeu o acréscimo da expressão “do Oeste”, devido à existência de outros dois municípios com nome idêntico, um no Rio Grande do Sul e outro no Paraná.

Gentílico: coloradense-do-oeste.

Corumbiara

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, com o nome de Nova Esperança.

Avisado de que já existia município com nome idêntico no Paraná, o deputado Reditário Cassol, autor do projeto de emancipação, acatou sugestão de Gerino Alves, delegado do IBGE, acrescentando ao topônimo original a expressão “do Corumbiara”.

O projeto que tramitava na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Nova Esperança do Corumbiara foi incluído para emancipação no item XIII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Nova Constituição Estadual de 1989. O relator deputado Amizael Silva entendeu que o nome era muito extenso e que a palavra Corumbiara bastava para denominar o novo município. Foi argüida a inconstitucionalidade do ato e as criações de municípios através da carta magna foram suspensas.

O nome Corumbiara é uma homenagem a um dos rios mais importantes de Rondônia, afluente do rio Guaporé, cujo nome é originário de uma tribo indígena que habitava a sua bacia hidrográfica.

O Município de Corumbiara foi criado pela Lei nº 377, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena.

Gentílico: corumbiareense.

Costa Marques

No Século XVIII havia na foz do rio São Domingos, no rio Guaporé, uma povoação chamada Palmela, local onde se instalara a Missão São José. Segundo os registros dos historiadores o nome Palmela foi escolhido por um comerciante de Cuiabá, devido a uma tribo Carafbas que habitava a região. Depois de 1763 a povoação passou a se chamar Leonil.

Em 14 de março de 1769, D. Luís Pinto de Souza, governador da Capitania de Mato Grosso, determinou que fossem trocados os nomes de vários lugares, dentre eles o de São José, que passaria a se chamar Leonil, e o Sítio das Pedras de Destacamento de Palmela.

Francisco Chianca, um dos desbravadores da região do rio Guaporé, seringalista, narrou que, devido à queda nos preços da borracha, pela depressão ocorrida no fim da Primeira Guerra Mundial, a companhia que financiava os seringalistas se retirou da área, não deixando outra opção, senão a fuga do lugar. Chianca construiu um tapiri à beira do rio Guaporé, na foz do rio São Domingos, local conhecido como Porto da Barra do São Domingos.

No dia 19 de janeiro de 1920, relata Chianca que o Dr. Espiridião da Costa Marques, engenheiro e ilustre político mato-grossense, descia o rio Guaporé, com destino ao Posto Fiscal de Guajará-Mirim e, ao cair da tarde, no Porto da Barra do São Domingos, parou para pernoitar no tapiri de Chianca. O anfitrião ficou impressionado com a cultura do visitante, tanto que, após a sua partida, no dia seguinte, escreveu num pedaço de caixa de sabão “Porto Costa Marques”, fixando a tabuleta à beira do barranco. Daí surgiu o nome do futuro município.

Com a criação do Município de Guajará-Mirim, em 12 de julho de 1928, por parte do Estado de Mato Grosso, Costa Marques se tornou um dos seus distritos, juntamente com Generoso Ponce (Jaci-Paraná) e Presidente Marques (Abunã).

Em 17 de abril de 1945 Costa Marques deixou de ser distrito do Município de Guajará-Mirim, através do Decreto nº 7.470, voltando a ser apenas uma localidade do Território Federal do Guaporé.

Através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978, a localidade de Costa Marques voltou a ser distrito do Município de Guajará-Mirim.

Costa Marques conseguiu sua emancipação através da Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, com área desmembrada do Município de Guajará-Mirim.

Gentílico: costa-marquense.

Cujubim

O povoado surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Cujubim e recebeu o mesmo nome do projeto de colonização.

Cujubim é uma ave galiforme da família dos Cracídeos, venerada como ave sagrada em muitas tribos amazônicas, que a consideram a mãe da raça.

O Município de Cujubim foi criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei nº 568, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Rio Crespo e Jamari.

Gentílico: cujubiense.

Espigão d'Oeste

Por volta de 1966 os irmãos Melhorança, José Cândido e Romeu, atendendo apelos publicitários do Governo Militar, que desejava a ocupação da Amazônia Oriental, com o lema “integrar para não entregar”, saíram da cidade de Andradi- na, SP, migrando para Pimenta Bu- eno, quando a intenção inicial era ir para o Acre. Com base em documentação sem valor, fundaram a Coloni- zadora Itaporanga, vendendo lotes para os colonos em terras localiza- das à margem esquerda da BR-364,

sentido Porto Velho-Cuiabá, afastadas, aproximadamente, 30 quilômetros do leito da rodovia.

Partindo de Pimenta Bueno, a 5 km deixaram a BR-364, adentraram 28 km na mata, chegando ao alto de uma colina, local escolhido para o núcleo do empreendimento colonizador. Os irmãos Melhorança denominaram o lugar de Espigão por suas características peculiares. O nome definitivo de Espigão d' Oeste foi sugerido por um padre e aceito pela comunidade.

Através do Decreto-Lei nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978, a localidade de Espigão d' Oeste, com o mesmo nome de origem, foi elevada à categoria de distrito do Município de Pimenta Bueno.

Através da Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, com área desmembrada do Município de Pimenta Bueno, foi criado o Município de Espigão d' Oeste, sem mudar de nome.

Gentílico: espigãosense-d' oeste.

Governador Jorge Teixeira

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl, com o nome de Pedra Branca, em homenagem à serra de igual nome, que existe nas proximidades da sede do município.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Pedra Branca, todavia a lei proibia a criação de município com esse nome, porque já existiam homônimos nos Estados da Paraíba e do Ceará. Em setembro de 1989, sabedor dessa impossibilidade, o deputado Silvernani Santos escolheu o nome de governador Jorge Teixeira para denominar o "município" que faria parte do item II, do parágrafo único, do Artigo 42 das Disposições Transitórias da Nova Constituição

Estadual, uma justa homenagem ao criador do Estado de Rondônia, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, o seu primeiro governador.

Suspensa a emancipação através da nova constituição, devido à arguição de inconstitucionalidade, o município com nome do ex-governador foi criado pela Lei nº 373, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Jarú.

Gentílico: jorge-teixeirense.

Guajará-Mirim

Segundo o historiador Amizael Gomes da Silva, em seu livro "No Rastro dos Pioneiros", edição II, página 63, Guajará-Mirim significa "cachoeira pequena em dialeto indígena", palavra que denomina a última das vinte cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré, existente nas proximidades da cidade.

Guajará-Mirim vem de guajará, que é o nome de uma planta da família das Sapotáceas, existente na floresta amazônica, e de mirim, que significa coisa pequena. Essa planta também é conhecida por guajará ou sorva-do-peru.

No ano de 1749 o piloto-mestre Antônio Nunes de Sousa, da expedição exploradora chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado, que saiu de Belém do Grão-Pará com destino às minas de Mato Grosso, relacionou, em seu diário, dezesseite cachoeiras nos rios Madeira e Mamoré, e dentre elas a última foi chamada de Guajará-Pequeno (Mirim). O nome do município, que um dia seria criado naquela região, teria surgido no Século XVIII.

No dia 27 de dezembro de 1781 Francisco José de Lacerda e Almeida, membro da Comissão Demarcadora dos Limites da América Portuguesa, escreveu em seu diário que naquele dia atravessaram, sem maio-

res dificuldades, a última cachoeira dos rios Madeira e Mamoré, conhecida como Guajará-Mirim.

No dia 19 de setembro de 1852 o tenente Lardner Gibbon, a serviço do governo norte-americano para explorar um caminho da Bolívia ao Oceano Atlântico, pelos rios Mamoré, Madeira e Amazonas, atravessou a cachoeira que chamou de Guajará-Mirim.

No dia 24 de agosto de 1868 os irmãos José e Francisco Keller, engenheiros a serviço do Ministério da Agricultura, para estudar a possível construção de uma ferrovia, no trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré, chegaram à vigésima cachoeira, conhecida como Guajará-Mirim. O relatório apresentado por eles diz: - "Para vencer as cachoeiras entre Santo Antônio e Guajará-Mirim precisasse de 20 mortonas, (...) Esse traço não seguiria a linha reta entre Santo Antônio e Guajará-Mirim (...) Acrescentamos que a abertura da picada na extensão total entre Santo Antônio e Guajará, ..." ("A Ferrovia do Diabo", 3ª edição, páginas 71 e 72, de Manoel Rodrigues Ferreira).

Em 19 de agosto de 1883 o engenheiro Júlio Pinkas recebeu as plantas da Public Works, que se achavam abandonadas em Santo Antônio há dez anos, onde constava apenas o trecho da futura ferrovia entre Jirau e Guajará-Mirim.

Em 25 de setembro de 1885 o "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, publicou que o Sr. José Nebra, um dos componentes da Comissão Pinkas, ao relatar os resultados dos trabalhos a ela confiados, escrevia: - "Enfim, a tal estaca de Guajará-Mirim tem estado encantada: ainda não apareceu quem queira tomar a inteira responsabilidade de ter fincado; parece que o espírito maligno se meteu nessa estaca..." ("A Ferrovia do Diabo", 3ª edição, página 13, de Manoel Rodrigues Ferreira).

Existe a versão que Guajará-Mirim foi conhecida por "Quadro" devido à existência de um grande depósito para guardar material da ferrovia em construção.

No dia 30 de abril de 1912 foi assentado o último dormente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no km 364, na famigerada estaca de Guajará-Mirim, nas proximidades da cachoeira de mesmo nome, no rio Mamoré.

Pelo relato acima podemos deduzir que desde 1749 o nome Guajará-Mirim vem denominando aquele local; primeiro a cachoeira, depois a estaca final da ferrovia e finalmente a estação ferroviária, que surgiu no ponto final dos trens que seguiam de Porto Velho.

O governo de Mato Grosso pretendeu mudar o nome do lugar, transformando a povoação em distrito de paz do Município de Santo Antônio do Rio Madeira com o nome de Espiridião Marques, através da Resolução n.º 879, de 26 de junho de 1922, em homenagem ao Dr. Espiridião da Costa Marques, engenheiro e ilustre político mato-grossense.

Em 12 de julho de 1926, como o nome de Espiridião Marques não foi adotado pelos habitantes do lugar, o governo de Mato Grosso elevou, através da Lei n.º 962, a povoação à categoria de cidade com o nome de Guajará-Mirim, herdado da estação ferroviária.

Em 12 de julho de 1928 o governo de Mato Grosso, através da Lei n.º 991, assinada por Dr. Mário Corrêa da Costa, criou o Município de Guajará-Mirim, sendo mantido o nome da cidade.

Os moradores mais antigos contam que, devido à abundância de formigas no lugar, a cidade chegou a ser chamada de "Guajará-Formiga".

Com a criação do Território Federal do Guaporé em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei n.º 5.812, Guajará-Mirim passou a fazer parte da Divisão Político-Administrativa do novo território federal.

Gentílico: guajaramirense.

Jaci-Paraná (Distrito de Porto Velho)

No dia 31 de maio de 1910 foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM entre Porto Velho e o km 90, situado nas proximidades da foz do rio Jaci-Paraná no rio Madeira. Quando a ferrovia entrou em funcionamento, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, o local onde estava localizado o acampamento da empresa construtora May, Jekyll & Randolph foi transformado em uma estação ferroviária com o nome de Jaci-Paraná, em homenagem ao rio que ficava ao lado.

O nome Jaci-Paraná significa rio da lua; do tupi Jassi, lua, e paranã, rio. Jassi também é uma palmeira da região amazônica.

Em 17 de abril de 1945, através do Decreto-Lei n.º 7.470, o povoado foi elevado à categoria de distrito do Município de Porto Velho, com o nome de origem, situação que se mantém até hoje.

Jamari

Surgiu com o nome de Itapoã d'Oeste, às margens da BR-364, distante 105 km de Porto Velho. O projeto de emancipação trazia esse nome, que não denominava qualquer outro município brasileiro, todavia na reunião da relatoria da nova Constituição do Estado de Rondônia, em setembro de 1989, o deputado Amizael Silva opinou que era necessário acabar com as denominações "d'Oeste" e "de Rondônia" para os novos municípios a serem criados e que esses trouxessem nomes que se identificassem com as coisas de Rondônia. Analisadas as características geográficas da região, o relator Amizael Silva escolheu o nome de Jamari, uma homenagem ao importante e conhecido rio, afluente do rio Madeira, que banha o município.

O rio Jamari era conhecido pelos primeiros exploradores pelo nome de Iamari. O nome pode ser uma altera-

ção de jaumari, que significa semelhante ao umari, uma fruta da região.

Com o nome de Jamari foi incluído no item III, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia de 1989, para emancipação; todavia, argüida a inconstitucionalidade do ato, o município foi criado pela Lei n.º 364, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Osvaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Porto Velho e Ariquemes.

Gentílico: jamariense.

Jaru

A povoação teve início nos primórdios do Século XX com a construção de um depósito do seringal Santos Dumont, pertencente à firma Cense & Cia, instalada às margens do rio habitado pelos bravos índios Jarú, nome que deriva de yari, canoa pequena; ou de yar, de y, que significa rio, e yar, canoas, ou seja, rio das canoas.

Nos idos do ano de 1912 o Sr. Ricardo Cantanhede, arrendatário do depósito do seringal Santos Dumont, passou a dinamizar a exploração da borracha naquela região.

O local chamava-se "Depósito Santos Dumont", primeiro nome de Jaru, quando em 1917, Rondon instalou uma estação telegráfica, às margens do rio denominado Jaru, em homenagem aos índios Jaru, habitantes de sua bacia hidrográfica. Com o passar do tempo o povoado foi incorporando o nome da estação telegráfica, sendo chamado de Jaru, como o rio das proximidades.

Através do Decreto n.º 81.272, de 30 de janeiro de 1978, com o nome de Jaru a localidade foi transformada em distrito do Município de Ariquemes.

O município, sem alteração no nome, foi criado pela Lei n.º 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo presidente da República João Batis-

ta de Figueiredo, com áreas desmembradas dos Municípios de Ariquemes e Ji-Paraná.

Gentílico: jaruense.

Ji-Paraná

Nordestinos, fugindo da grande seca de 1877, fundaram, por volta de 1879, uma povoação na confluência do rio Urupá com o rio Ji-Paraná ou Machado, denominada de Urupá, em homenagem ao rio das proximidades, cujo nome vem dos índios que habitavam essa bacia hidrográfica.

Em 12 de outubro de 1912 a Comissão Rondon mudou o acampamento para o local onde no futuro seria inaugurada a estação telegráfica Presidente Pena, em homenagem ao presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena. O nome escolhido por Rondon para o lugar não caiu nas graças dos seringalistas e seringueiros da região, que continuaram a chamar o povoado pelo nome de Urupá.

Após a criação do Território Federal do Guaporé, em 13 de setembro de 1943, o Decreto-Lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945, fixou nova Divisão Político-Administrativa para o novo território federal e definiu os limites entre os seus dois municípios (Porto Velho e Guajará-Mirim) e seus distritos, que na ocasião foram criados. Dentre os distritos do Município de Porto Velho foi criado o Distrito de Rondônia. Assim Urupá, para os seringalistas, ou Presidente Pena, passava a se chamar Rondônia, nome em homenagem às "Estradas de Rondônia", denominação que Roquete Pinto, em dezembro de 1915, deu à linha telegráfica do Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon, que ligava o Estado de Mato Grosso ao Estado do Amazonas. Por ser sede de distrito e possuir categoria de vila o lugar passou a ser chamado e conhecido por "Vila de Rondônia", todavia os antigos e tradicionais seringueiros e seringalistas insistiam com o nome de Urupá. O nome "Vila de Rondônia", terceiro em or-

dem cronológica, denominou a sede do distrito até o dia 11 de outubro de 1977, quando foi criado o Município de Ji-Paraná, através da Lei nº 6.448, assinada pelo presidente da República Ernesto Geisel, com área desmembrada do Município de Porto Velho. O nome escolhido é uma homenagem ao rio Ji-Paraná ou Machado, que divide hoje a cidade em duas partes. Ji-Paraná vem de juí, rãs, e de paranã, rio, ou seja, rio das rãs.

Gentílico: ji-paranaense.

Machadinho d'Oeste

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Machadinho, nome em homenagem ao importante rio, afluente do rio Machado ou Ji-Paraná, que corta o projeto.

O projeto de emancipação foi elaborado sob orientação do IBGE/RO, por isso, quando tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, já vinha com o nome Machadinho d'Oeste. O acréscimo da palavra d'Oeste se fazia necessário para diferenciar de um município homônimo já existente no Rio Grande do Sul.

Em 11 de maio de 1988 o povoado com o nome de Machadinho d'Oeste foi elevado à categoria de município através da Lei nº 198, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com áreas desmembradas dos Municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná.

Gentílico: machadinhense-d' oeste.

Marco Rondon (Distrito de Pimenta Bueno)

O povoado surgiu, à época da construção da BR-29 (hoje BR-364), como campo de pouso em apoio às aeronaves que prestavam serviço às empresas construtoras, situado na margem direita do rio Melgacinho e construído com ajuda dos índios

Tanandê. Atualmente a placa colocada pelo DNER identifica equivocadamente o rio que corta a BR-364 por rio Marco Rondon, quando o correto é rio Melgacinho.

O nome vem de um marco, existente nas proximidades, implantado pela Comissão Rondon em 1909.

Em 30 de janeiro de 1978, o povoado foi elevado à categoria de distrito do Município de Pimenta Bueno, através do Decreto nº 81.272, com o nome de Marco Rondon.

Ministro Andreazza

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Gy-Paraná com o nome de Nova Brasília. O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com esse nome, fato que impedia sua criação, devido à existência de outra unidade político-administrativa com igual nome.

Foi incluído no item VI, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da nova Constituição do Estado de Rondônia de 1989, para alcançar a emancipação. Avisado da impossibilidade de criação de novo município com o nome de Nova Brasília, o deputado Amizael Silva, relator-geral, comunicou aos seus pares o impedimento da lei, levando o deputado Silvernani César Santos a apresentar uma indicação, sugerindo o nome de Governador Jorge Teixeira para o futuro município. O deputado Luiz Gonzaga, que possuía o seu reduto eleitoral na região, entrou em acordo com o deputado proponente para que a indicação fosse transferida para um município na área de atuação de Silvernani César Santos, fato que ocorreu. A escolha do nome de Ministro Andreazza foi feita pelo deputado Luiz Gonzaga, em homenagem ao ex-ministro do Interior, Mário David Andreazza, que muito contribuiu para a criação do Estado de Rondônia.

Como foi argüida a inconstitucionalidade do ato, o município com o nome de Ministro Andreazza foi criado pela Lei nº 372, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Cacoal.

Gentílico: andreazzense.

Mirante da Serra

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, recebendo o nome de Mirante da Serra devido à existência nas proximidades da serra do Mirante, divisor de águas dos rios Jaru e Urupá; houve apenas uma inversão na escrita do nome.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Mirante da Serra e passou a fazer parte do item V, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição de Rondônia de 1989; argüida sua inconstitucionalidade, o município foi criado pela Lei nº 369, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: mirantense-da-serra ou mirante-serrense.

Monte Negro

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra com o nome de Boa Vista. O projeto de emancipação que tramitava na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia trazia esse nome, fato que impedia a criação do município, isto porque já existia um município, capital de Roraima, com esse topônimo.

Nas reuniões da Constituinte, em setembro de 1989, o deputado Silvernani Santos foi avisado da impossibilidade de criação de município com o nome de outro já existente. O

deputado realizou uma reunião com os moradores do povoado que escolheram o nome de Monte Negro, em homenagem a um acidente geográfico que existe no local.

O projeto foi incluído no item I, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Constitucionais Transitórias para emancipação, todavia, como foi argüida a inconstitucionalidade do ato, o município com o nome de Monte Negro foi criado pela Lei nº 378, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ariquemes.

Gentílico: monte-negrense ou monte-negrino.

Nova Brasilândia d'Oeste

A povoação de Nova Brasilândia surgiu à medida que as frentes migratórias avançavam através da linha 25 do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura, a partir da BR-364 em Pimenta Bueno. O núcleo urbano foi construído no cruzamento da linha 25 com a linha 126 do referido projeto. Seu nome é uma homenagem a Brasília, a capital interiorizada, da mesma forma que Nova Brasilândia, cidade interiorizada, na Chapada dos Parecis.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Nova Brasilândia, todavia, a existência de outro município com esse mesmo nome, no Estado de Mato Grosso, impedia o uso de topônimo igual, por isso foi acrescentada a expressão "d'Oeste".

O município foi criado com o nome de Nova Brasilândia d'Oeste, através da Lei nº 157, de 19 de junho de 1987, assinada pelo Governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do Município de Presidente Médici.

Gentílico: nova-brasilandense-d'oeste.

Nova Mamoré

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no início do Século XX, surgiram várias povoações ao longo do percurso da ferrovia entre Porto Velho e Guajará-Mirim, dentre elas existia a Vila Murtinho que se localizava em frente à foz do rio Beni no rio Mamoré, que a partir dali se juntam para formar o rio Madeira.

No início da década de 60 foi construída a BR-29 (hoje BR-364), que ligaria Brasília ao Acre, última obra de grande vulto do governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

A partir da BR-29 (hoje BR-364) surgiu a BR-425, que liga a Vila de Abunã à cidade de Guajará-Mirim. A abertura do trecho de estrada que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim e a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, em 1966, provocaram a decadência de Vila Murtinho, que vivia em torno do movimento da ferrovia. Com a abertura do ramal ligando o povoado com a BR-425, os moradores migraram para a margem da rodovia e fundaram uma nova povoação, que chamaram de Vila Nova, em alusão a Vila Murtinho, que passava a ser a "Vila Velha".

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Vila Nova, porém, ao ser encaminhado ao IBGE, foi devolvido, porque já existiam unidades político-administrativas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná com o nome escolhido. O deputado Rigomero Agra, autor do projeto, escolheu o nome de Vila Nova do Mamoré em homenagem ao importante rio que banha o município, separa o Brasil da Bolívia e se junta ao rio Beni para formar o rio Madeira.

Mamoré significa mãe dos homens, ou é uma alteração de mamuri, nome de um peixe comum na região, também conhecido como matrinhã.

Com o nome de Vila Nova do Mamoré o município foi criado em 6 de julho de 1988, através da Lei nº 207, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do Município de Guajará-Mirim. Foi revogada a Lei nº 202, de 15 de junho de 1988.

Por iniciativa da Câmara Municipal o nome do município foi mudado para Nova Mamoré, através da Lei Municipal nº 081, de 13 de setembro de 1991, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa. A mudança do nome não teve validade porque uma lei municipal não pode modificar uma lei estadual.

O nome de Vila Nova do Mamoré foi mudado para Nova Mamoré no dia 17 de dezembro de 1993, através da Lei nº 531, assinada pelo deputado Silvernani César dos Santos, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Gentílico: nova-mamoreense.

Nova União

O povoado surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto.

Para representar o momento em que todos os moradores do lugar se reuniram para criar mais um povoado no Estado de Rondônia, em total clima de união, foi sugerido que se desse o nome de Nova União para denominar o futuro município que surgia.

O projeto que tramitava na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia foi incluído no item XVIII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1989, para conseguir sua autonomia administrativa. Argüida a sua inconstitucionalidade, o projeto ficou aguardando os trâmites normais para sua aprovação.

Apesar de fazer parte dos 21 "municípios" que ganhariam suas emancipações através das Disposi-

ções Transitórias da Constituição de 1989 e com plebiscito favorável, Nova União não foi emancipado entre os 17 municípios criados em 13 de fevereiro de 1992.

O município foi criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei nº 566, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: nova-uniense.

Novo Horizonte do Oeste

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Rolim de Moura, com o nome de Novo Horizonte. O projeto de emancipação foi iniciado com esse nome, mas como já existia outro município com o mesmo topônimo no Estado de São Paulo, o gabinete do deputado Reditário Cassol, autor do projeto de emancipação, acrescentou a expressão "do Guaporé". No impedimento da lei para o uso do nome Novo Horizonte e sem uma melhor justificativa histórico-geográfica para se acrescentar à expressão "do Guaporé", uma vez que não mais existia o Território do Guaporé e o lugar não é banhado por este importante rio rondoniense, o deputado Cassol escolheu o nome "Cacaieiros" para homenagear os colonizadores, que como ele conquistaram suas terras carregando em suas costas pesados "cacaio", espécie de cesto de cipó.

O projeto foi incluído no item XVII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Constitucionais Transitórias de 1989, para emancipação, sendo todavia argüida sua inconstitucionalidade.

Com o nome de Cacaieiros, o município foi criado, através da Lei nº 365, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo

Piana Filho, com área desmembrada do Município de Rolim de Moura.

Os líderes políticos não aceitavam o nome escolhido, que achavam estranho. Lutaram por sua mudança e, através da Lei nº 549, de 11 de janeiro de 1994, o município voltou a se chamar Novo Horizonte, com acréscimo da expressão "do Oeste", para diferenciar de um outro município já existente em São Paulo.

Gentílico: novo-horizontino-do-oeste.

Ouro Preto do Oeste

O topônimo se originou do nome do seringal Serra de Ouro Preto, de propriedade do senhor Vicente Sabará Cavalcante, desbravador da região, que utilizou a denominação devido estar localizada em suas terras a serra de Ouro Preto.

No final da década de 60 o INCRA desapropriou essas terras e criou um projeto integrado de colonização utilizando o nome do seringal. Assim nasceu o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, com um núcleo urbano de apoio rural localizado às margens da BR-364, que daria origem à futura cidade de Ouro Preto do Oeste.

O núcleo urbano cresceu em ritmo acelerado, tendo se transformado em distrito do Município de Ji-Paraná, com o nome de Ouro Preto, através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978.

O município foi criado com o nome de Ouro Preto do Oeste, através da Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, com área desmembrada do Município de Ji-Paraná. Como a lei proíbe a criação de um município com o nome de outro já existente (Ouro Preto, MG), foi acrescentada a expressão "do Oeste" para diferenciar.

Gentílico: ouro-pretense-do-oeste ou ouro-pretano-do-oeste.

Parecis

O povoado surgiu como núcleo urbano de apoio rural, na linha 75, com o nome de Parecis, uma homenagem à Chapada dos Parecis situada nas proximidades.

O nome Parecis vem dos índios Parecis, da grande nação Aruaco, contatados em 1718, habitantes da região da serra do Norte (Cordilheira dos Parecis), localizada nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, constituídos das tribos Coxarini, Uaiamaré e Caxiniti.

Em 11 de maio de 1986 passou a fazer parte do Município de Santa Luzia d'Oeste, criado pela Lei nº 100.

Em 2 de junho de 1988, por acordo político, voltou a fazer parte do Município de Pimenta Bueno, com uma nova definição dada aos limites do Município de Santa Luzia d'Oeste pela Lei nº 199.

Com o nome de Parecis o município foi criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei nº 573, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Pimenta Bueno.

Gentílico: parecisense.

Pic Sidney Girão (Distrito de Nova Mamoré)

No início da década de 70 foi criado o Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão no Município de Guajará-Mirim, para assentamento de colonos vindos de outros estados brasileiros. O nome foi escolhido em homenagem ao piloto de helicóptero Sidney Girão, que transportava o chefe do INCRA em Rondônia, Sílvio Gonçalves de Farias, no seu trabalho de visitas ao interior do território.

Em 6 de julho de 1988 o Projeto Sidney Girão passou a fazer parte do Município de Vila Nova do Mamoré (hoje Nova Mamoré), criado pela Lei nº 207.

Em 9 de julho de 1990 a Lei Municipal nº 054, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa, criou o distrito de PIC Sidney Girão; apesar de parecer estranho o nome do distrito é como está escrito.

Pimenta Bueno

“Estávamos a 11 de outubro (1909) a 18° e 7' ao ocidente do Rio de Janeiro, no paralelo de 11° 49' 15”, distantes 354 quilômetros de Jurueña. Descobrimos aí um rio que denominei Pimenta Bueno - reconhecemos mais tarde que suas cabeceiras...” (“Rondon Conta sua Vida”, página 294, de Esther de Viveiros, 1969).

Segundo Edgar Roquette Pinto, em seu livro “Rondônia”, 4ª edição, página 58, 1938, “o nome foi dado em homenagem a quem a coreografia de Mato Grosso deve linhas magistrais”.

O rio descoberto por Rondon era conhecido pelos índios como Apidiá ou Apediá e segundo Emanuel Pontes Pinto, em seu livro “Caiari - Lendas, Proto-História e História”, página 183, 1986, Rondon batizou esse rio em homenagem ao Dr. José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, nomeado pelo imperador D. Pedro I em 5 de novembro de 1835 presidente da província de Mato Grosso (1835 a 1836).

Em 1912, quando Rondon retornou construindo a linha telegráfica que ligaria Mato Grosso ao Amazonas, implantou uma estação telegráfica na confluência do rio Apidiá, denominado por ele de Pimenta Bueno, com o rio Barão de Melgaço ou Comemoração de Florianópolis, nomeando como telegrafista e guarda-fios Durval Lebre. A estação telegráfica recebeu o nome de Pimenta Bueno, núcleo embriônico da futura cidade.

Esrón Penha de Menezes, em seu livro II “Retalhos para a História de Rondônia”, páginas 135 e 136, cita que Nilo Póvoas, em seu livro “Ga-

leria dos Varões Ilustres de Mato Grosso”, volume I, edição de 1977, escreveu que o Cel. Rondon batizou por “Pimenta Bueno” uma das estações telegráficas por ele implantada na região de “Rondônia”, em homenagem a Francisco Antônio Pimenta Bueno, presidente da Província do Amazonas, que palmilhando o vasto sertão mato-grossense elaborou a Carta da Província de Mato Grosso, e que era filho do Dr. José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente.

Com as duas versões postas, fica a dúvida se realmente o Cel. Rondon quis homenagear o pai, marquês de São Vicente, dando o seu nome ao rio, ou se homenageou o filho, dando o seu nome à estação telegráfica.

Obtive uma informação que o nome seria uma homenagem ao cabo Francisco Pimenta Bueno (coincidentemente o mesmo nome do filho do marquês de São Vicente), primeiro responsável pelo posto telegráfico local; todavia, o escritor Amizael Gomes da Silva em seu livro “No Rastro dos Pioneiros, um Pouco da História Rondoniana”, página 82, 1984, afirma que em 1912 “...Rondon colocou em funcionamento a estação de Pimenta Bueno, nomeando como telegrafista e guarda-fios e como chefe do trecho que ia até Barão de Melgaço o guarda-fio Durval Lebre. Outro guarda-fio, Hermínio Vieira de Souza, foi nomeado em 1913”. Assim a versão do cabo Francisco Pimenta Bueno fica prejudicada pelas evidências.

A localidade de Pimenta Bueno, que sofreu exuberante crescimento populacional, a partir do final da década de 60 e início da de 70, por causa da implantação dos projetos de colonização em Rondônia, foi elevada à categoria de subdistrito do distrito de Rondônia (hoje Ji-Paraná) do Município de Porto Velho, através do Decreto nº 565, de 1º de abril de 1969.

O município, com o primeiro nome, foi criado através do artigo 47 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977,

assinada pelo presidente da República Ernesto Geisel, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

Gentílico: pimenta-buenense.

Pimenteiras do Oeste

Em 3 de abril de 1929 o governo do Estado de Mato Grosso doou a João Nepobuceno Cebalho o "lote Pimenteiras", situado na margem direita do rio Guaporé na foz do igarapé Santa Cruz, que também passou a ser chamado de Pimenteiras, bem como o povoado que surgiu em sua foz recebeu o nome do lote doado.

Em 10 de fevereiro de 1943 a Secretaria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso emitiu certidão confirmando que o "lote Pimenteiras" era contíguo ao "lote Barranco Vermelho", situado no pontal do rio Cabixi com o rio Guaporé, doado à firma Stofen, Sechenack, Muler & Cia., em 25 de janeiro de 1913.

A localidade de Pimenteiras foi elevada à categoria de distrito do Município de Cerejeiras no dia 10 de agosto de 1983, através do Decreto nº 1.396, e reafirmado pela Lei nº 005, de 21 de novembro do mesmo ano.

Através da Lei nº 645, de 27 de dezembro de 1995, assinada pelo governador Valdir Raupp de Matos, o distrito obteve sua emancipação com o nome de Pimenteiras do Oeste, porque a lei não permite a criação de um novo município com o nome de outro já existente.

Gentílico: pimenteirense-do-oeste.

Porto Velho

Para se contar a origem do Município de Porto Velho é necessário um relato cronológico de alguns fatos ocorridos na conquista do rio Madeira pelos portugueses.

A insalubridade da região e a hostilidade dos índios que habitavam o lugar dificultavam o trabalho

de evangelização do rio Madeira, fazendo com que até o Século XVII as entradas de colonizadores fossem insignificantes.

No início do Século XVIII, por volta de 1712, o padre João de Sampaio, primeiro grande apóstolo do rio Madeira, fazendo parte da missão de Canumã, catequizava índios naquele rio.

Por volta de 1714 já existiam aldeias domesticadas nas proximidades de onde hoje está localizada a Vila de Calama, na divisa de Rondônia com o Estado do Amazonas.

Em 1723 o Pe. João de Sampaio constatava a navegabilidade do rio Madeira até a sua primeira cachoeira, fundando uma aldeia em lugar mais remoto, em território do hoje Estado de Rondônia. Segundo Vítor Hugo, em seu livro "Desbravadores", edição de 1959 - volume I, página 32, - "...não foi possível, pelos documentos que tivemos à mão, localizar o primeiro aldeamento jesuítico no Alto Madeira. Provavelmente se achava acima do afluente Jamari".

Em 13 de junho de 1723 a expedição de Francisco de Mello Palheta celebrou missa na Ilha Nova da Praia de Santo Antônio, pouco abaixo do riacho Carapanatuba, possivelmente a primeira missa celebrada em terras do atual Estado de Rondônia.

Por problemas de intrigas de opositores ao seu trabalho, o Pe. João de Sampaio foi chamado, ou melhor dizendo, intimado a exercer o magistério apenas no baixo rio Madeira, daí chegando a Belém do Pará. Em 1728 retornou ao alto rio Madeira, onde fundou de vez a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras. O local escolhido para o aldeamento se localizava fora da margem do rio, no lago Cuniã.

A Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras foi destruída pelos índios hostis e as doenças malignas que impetavam aquela região inóspita. O aldeamento mudava de lugar conforme as circunstâncias, mas sempre conservava o nome.

A primeira cachoeira do rio Madeira foi chamada pelos índios, que habitavam a região, de Aroaya, e pelos portugueses de Maguari e São João, mas nos diários dos exploradores o nome que ficou foi Cachoeira de Santo Antônio, que se mantém até a data de hoje.

O ano de 1742 marcou a retirada dos jesuítas do alto rio Madeira.

No ano de 1749 a expedição chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado, que saiu de Belém do Grão-Pará com destino às minas de Mato Grosso, identificou a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, situada entre a foz do rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira, chamada pelos índios de Aroaya e pelos portugueses de São João.

Em 1748 Manoel Félix de Lima, em fuga das minas de Mato Grosso, navegando pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, chegou a Belém do Grão-Pará falando das ruínas da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras.

No fim do Século XVIII, por volta de 1797, os portugueses fundaram uma aldeia diante da foz do rio Jamari, onde hoje está localizada a São Carlos.

Em 27 de março de 1801 o capitão-general Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará, recebeu louvação pela fundação da Colônia do Jamari no rio Madeira.

Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), para se proteger de uma possível invasão da Bolívia, simpática ao inimigo, o imperador do Brasil deslocou ala de um batalhão da Guarda Nacional para Santo Antônio. Devido a dificuldades de instalação na vila, a guarnição se mudou para um lugar de terra firme, a quatro quilômetros abaixo da cachoeira de Santo Antônio. Com a instalação do quartel naquele local, todo movimento fluvial pequeno foi transferido para lá, enquanto o transporte de maior porte continuou a atracar no porto da povoação de Santo Antônio. Acabada a guerra e estabe-

lecida a paz com os países vizinhos, a guarnição militar deixou o lugar, que ficou deserto, tendo o roçado aberto pelos praças se transformado em capoeira. O porto abandonado deu origem ao nome de Porto Velho, segundo uma das versões que explica o surgimento do topônimo.

Em fevereiro de 1871 Frei Jesualdo Macchetti construiu uma capela provisória e um cruzeiro no antigo posto militar abandonado pela ala do batalhão da Guarda Nacional, que era chamado de Porto Velho de Santo Antônio.

Em 6 de julho de 1872 chegou a Santo Antônio a Public Works, com 25 engenheiros e material para iniciar os trabalhos de construção de uma ferrovia, que vencesse os obstáculos das cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré. O lugar existente na primeira cachoeira do rio Madeira era apenas um ponto onde paravam as embarcações que subiam ou desciam as vinte cachoeiras.

Em janeiro de 1874 a Public Works abandonou definitivamente Santo Antônio, sem construir a ferrovia planejada.

Em fins de maio de 1874, era “Santo Antônio - um conjunto confuso de casas e choças atrás de alguns outeiros baixos e flanqueado pela cachoeira do Madeira que se alongava à nossa direita”. (“A Ferrovia do Diabo”, página 91, 3ª edição, de Manoel Rodrigues Ferreira).

No dia 25 de outubro de 1877 chegaram a Santo Antônio do Rio Madeira os primeiros trabalhadores da construtora americana P. & T. Collins. No lugar havia um destacamento brasileiro de seis soldados e alguns moradores. Restavam dois barracões, duas habitações e materiais abandonados pela empresa inglesa Public Works. Começava a segunda tentativa de construção da ferrovia do rio Madeira.

No dia 19 de agosto de 1879 a empresa americana P. & T. Collins abandonou definitivamente Santo

Antônio, fracassando na segunda tentativa de construção da ferrovia do rio Madeira.

“Em 1882 existiam em Santo Antônio algumas casas de madeira cobertas de zinco que pertenciam à falida companhia da Ferrovia Madeira-Mamoré”. (texto do livro “Viagens no Sertão do Amazonas”, de Bernardo da Costa e Silva, publicado no Porto, Portugal, em 1891, citado no livro “A Ferrovia do Diabo”, página 129, 3ª edição, de Manoel Rodrigues Ferreira).

No dia 30 de setembro de 1883 foi enviado de Manaus para Santo Antônio o engenheiro Huet Bacellar, membro da Comissão Morsing, para fazer sondagem do rio Madeira e estudar as condições do ancoradouro de grandes vapores em frente a “Porto Velho”, cerca de sete quilômetros abaixo de Santo Antônio. Com os trabalhos concluídos, Carlos Alberto Morsing sugeriu que a ferrovia deveria partir de “Porto Velho”.

Em 1885 a Tipografia a Vapor de Soares & Niemeyer, do Rio de Janeiro, publicou o livro “Impressões de Viagem”, de Ernesto Matoso, escritor, jornalista e secretário da Comissão Morsing, que escreveu que o lugar onde foi fundada a cidade de Porto Velho era conhecido como “Ponto Velho”. Essa grande descoberta foi levada ao conhecimento do povo de Rondônia, quando o desembargador Hélio Fonseca publicou uma nota no Jornal “Alto Madeira”, edição de 19 de outubro de 1889, intitulada “Certidão de Batismo de Porto Velho”, informando que havia adquirido essa raridade literária.

Em 31 de maio de 1907 chegou a Santo Antônio a empresa americana May, Jekyll & Randolph, para iniciar a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, terceira e conclusiva tentativa.

“No dia 21 de junho de 1907, já a empresa construtora tinha homens trabalhando na linha”. (“Ferrovia do Diabo”, página 202, 3ª edição, de Manoel Rodrigues Ferreira).

“Em 1907 o Rio de Janeiro já se achava ligado a Cuiabá pela linha telegráfica, isto é, linha terrestre, com fios. Bastaria então ligar Cuiabá (capital do Estado de Mato Grosso) a Santo Antônio do Rio Madeira (Porto Velho não existia ainda)”. (“A Ferrovia do Diabo”, páginas 248 e 249, 3ª edição, de Manoel Rodrigues Ferreira).

“Entretanto, de comum acordo entre o Governo brasileiro e a Madeira-Mamoré Railway, ficou estabelecido que o ponto inicial da ferrovia seria o local denominado Porto Velho, conforme sugerira em 1883 o engenheiro Carlos Morsing. Com uma diferença: no século passado, esse local era denominado Ponto Velho, e, agora, Porto Velho. E ali começou a companhia a derrubar a mata, a fim de construir a estação inicial, um cais, as oficinas da ferrovia, casas do pessoal graduado, etc. Começava, pois, a surgir uma cidade, no ponto inicial da estrada de ferro. Porto Velho situava-se cerca de 7 quilômetros abaixo de Santo Antônio”. (“A Ferrovia do Diabo”, 3ª edição, página 202, de Manoel Rodrigues Ferreira).

“... deixamos a construção do Canal do Panamá e embarcamos em navio de carga de bandeira norte-americana, no dia 25 de março de 1908, com destino a Santo Antônio do Rio Madeira”.

Em Manaus, tomamos o navio da Madeira-Mamoré Railway Company, que nos deixou em Santo Antônio. (...) Diariamente saíamos logo de madrugada, em uma lancha que nos levava a trabalhar no desmatamento da área onde se iniciava a construção da cidade de Porto Velho”. (Relato do Sr. João de Deus Alves, publicado na página 164, do livro “Nas Selvas Amazônicas”, 1961, de Manoel Rodrigues Ferreira).

“O local onde hoje se ergue a cidade de Porto Velho, capital do Território do Guaporé, estava à época sofrendo os primeiros trabalhos de derrubada da mata virgem”.

(Relato do espanhol Benigno Cortizo Bouzas, que chegou a Santo Antônio por volta do mês de maio de 1908, para trabalhar na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, publicado no seu livro "Del Amazonas al Infinito", em 1950.) ("A Ferrovia do Diabo", 3ª edição, página 215, de Manoel Rodrigues Ferreira).

O governo de Mato Grosso, devido à grande distância da sede com Santo Antônio, nunca mostrou qualquer interesse com o desenvolvimento daquela povoação, só saindo da imobilidade quando começaram os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Havia a obrigação da direção da EFMM de construir toda ferrovia em território do Estado de Mato Grosso, todavia quem comandava a vida da estrada de ferro era Manaus, que tinha fácil acesso pelo rio Madeira, todo navegável naquele trecho. A direção da EFMM não tinha interesse em manter seus escritórios em terras mato-grossenses. Alegando dificuldades na atracação das embarcações no porto de Santo Antônio, construiu suas instalações num lugar abaixo da cachoeira de Santo Antônio, em terras do Estado do Amazonas, fundando o que seria a futura capital do Estado de Rondônia. O presidente de Mato Grosso, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, criou o Município de Santo Antônio do Rio Madeira, através da Lei nº 494, de 3 de junho de 1908.

O Estado de Mato Grosso, ainda preocupado com o surgimento de Porto Velho, elevou a povoação de Santo Antônio do Rio Madeira à categoria de vila, através da Lei nº 566, de 27 de setembro de 1911.

Em 2 de julho de 1912 o Estado de Mato Grosso reforça a atuação de seu governo, criando a Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira.

Em 30 de abril de 1912 foram concluídos os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, cuja inauguração se deu no dia 7 de setembro de 1912, tendo funcionado em caráter experimental em 1º de agosto desse mesmo ano.

Em 30 de outubro de 1913 Porto Velho foi elevado à categoria de Termo da Comarca de Humaitá, através da Lei nº 741, assinada pelo governador do Estado do Amazonas, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa.

Em 2 de outubro de 1914 foi criado o Município de Porto Velho, através da Lei nº 757, assinada por Jonathas de Freitas Pedrosa, governador do Estado do Amazonas.

Em 31 de agosto de 1917 o Termo de Porto Velho foi elevado à categoria de Comarca, através da Lei nº 900.

Em 7 de setembro de 1919 a povoação sede do Município de Porto Velho foi elevada à categoria de cidade através da Lei nº 1.011.

Em 5 de novembro de 1921 o Governo do Amazonas extinguiu a Comarca de Porto Velho, através do Decreto-Lei nº 1.026. A restauração da referida comarca ocorreu em 7 de fevereiro de 1922, através da Lei nº 1.133.

A narração cronológica do que aconteceu na conquista e ocupação do alto rio Madeira mostra que duas localidades surgiram, por diferentes razões, onde hoje está localizada a capital do Estado de Rondônia. Santo Antônio foi uma conquista dos jesuítas e Porto Velho nasceu por interesse da direção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, que não desejava construir as instalações da ferrovia em terras mato-grossenses, por suas ligações com Manaus, e por outros motivos. Escolheram o sítio abandonado pela Guarda Nacional que estivera acantonada naquele local à época da Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Porto Velho surgiu como sede da administração da EFMM, sendo um dos pólos que ligariam o rio Madeira navegável ao outro pólo Guajará-Mirim, vencendo a "intransponibilidade" de 20 cachoeiras, dando condições à vizinha Bolívia de importar e exportar seus produtos, por conta do Tratado de Petrópolis.

A cidade de Porto Velho, como podemos deduzir, surgiu no final do primeiro semestre de 1908, com a construção das instalações da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no provável local onde estivera acantonada a ala do batalhão da Guarda Nacional. A primeira versão sobre a origem do nome é baseada nesse fato. Contam que após a guarnição abandonar o local onde estava estabelecida, a sete quilômetros abaixo da primeira cachoeira do rio Madeira, todos que passavam em frente ao lugar, a caminho de Santo Antônio, repetiam: - "Porto Velho de Santo Antônio". Daí teria surgido o nome da futura povoação que a EFMM criaria no local.

A segunda versão narra que, à época da instalação dos serviços da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no início do Século XX, residia às margens do rio Madeira um velho de nome Pimentel de Tal, num lugar um pouco abaixo da primeira cachoeira, que era utilizado como porto, devido às dificuldades de atracação de embarcações maiores em Santo Antônio. O pessoal da estrada de ferro utilizava esse local como porto e se referia ao lugar como "Porto do Velho"; daí o nome ter evoluído para Porto Velho.

Todavia o historiador e escritor Vítor Hugo em seu livro "Desbravadores", volume I, página 225, publicado em 1959, já tinha uma opinião formada dessa versão sobre a origem do nome: - "Para honra da verdade: não encontramos ninguém que tenha conhecido pessoalmente o tal Pimentel. E se trata duma história que não tem cinquenta anos!..."

A terceira versão fala da existência de um lugar conhecido como "barreiro central das antas" utilizado pelos moradores da região como "ponto de encontro" para saída em caçadas nas matas e igarapés da região. Os caçadores marcavam o ponto inicial de suas caçadas referindo-se ao "Ponto Velho"; o nome teria evoluído para Porto Velho.

A quarta versão diz que o nome surgiu a esmo, segundo o escritor Hugo Ferreira, em seu livro "Reminiscência da Madmamaly e outras mais", páginas 28 e 29. Afirma o historiador que o Porto Velho de Santo Antônio existiu na foz do igarapé Bate-Estaca no rio Madeira, em terras do italiano Frandolli.

Em 13 de setembro de 1943 o Município de Porto Velho, que pertencia ao Estado do Amazonas, passou a fazer parte do Território Federal do Guaporé, tendo sido escolhido para ser a capital do novo território criado. Nunca perdeu essa hegemonia e hoje continua como a capital do Estado de Rondônia.

Gentílico: porto-velhense.

Presidente Médici

No início dos anos 70 surgiu um vilarejo às margens da BR-364, nas proximidades do igarapé Leitão, em terras litigiosas da Fazenda Presidente Hermes, de propriedade do Sr. José Milton Rios.

Devido à situação conturbada e ao litígio, o INCRA/RO criou o Setor Leitão, que era uma extensão do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, para assentar, dentro das normas, os colonos que pretendiam obter um lote de terra naquele lugar. O vilarejo ficou como sede do projeto que surgiu.

Os pioneiros discutiam o nome do lugar e, para barganhar a escolha, colocavam placas em frente de suas casas com os mais diversos nomes, como Nova Canaã, Nova Jerusalém e outros. Através de um plebiscito resolveram escolher um nome, dentre vários apresentados, como Getúlio Vargas, Presidente Médici, Fátima do Norte e Cruzeiro do Sul, tendo saído vencedor o nome do presidente da República da época, Emílio Garrastazu Médici, confirmado mais tarde pelo governador Teodorico Gahyva.

Apesar do nome escolhido, o povo chamava o povoado de "Péla Jegue", nome que, considerado pejorativo, caiu no esquecimento.

Com o nome de Presidente Médico o povoado foi elevado à categoria de distrito do Município de Ji-Paraná, no dia 30 de janeiro de 1978, através do Decreto nº 81.272.

Em 16 de junho de 1981, com o mesmo nome, foi criado o município, através da Lei nº 6.921, assinada pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, com área desmembrada do Município de Ji-Paraná.

Gentílico: medicense.

Primavera de Rondônia

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Abaitará com o nome de Primavera.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com esse nome e fez parte dos municípios que iriam tentar suas emancipações através das Disposições Transitórias da Constituição de 1989, constando do item X, do parágrafo único, do artigo 42, com o nome de Apidiá. O relator da Constituinte, deputado Amizael Silva, alertado da impossibilidade de uso do nome Primavera, por já existirem municípios em Pernambuco e no Pará com essa denominação, informado por Gerino Alves, delegado do IBGE, que a localidade ficava próxima ao rio Pimenta Bueno, conhecido pelos índios por Apidiá, escolheu esse nome indígena.

No plebiscito realizado não foi alcançado o número mínimo de eleitores para referendo da proposta de emancipação, por isso a localidade deixou de ser município junto com os outros 17 que obtiveram suas autonomias administrativas no dia 13 de fevereiro de 1992.

As lideranças do lugar decidiram que se mantivesse no projeto de emancipação o nome Primavera acrescentando-se a expressão "de

Rondônia" para diferenciar dos municípios já existentes.

Com o nome de Primavera de Rondônia o município foi criado pela Lei nº 569, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Pimenta Bueno.

Gentílico: primaverense-de-rondônia.

Príncipe da Beira (Distrito de Costa Marques)

Em 1760 D. Antônio Rolim de Moura Tavares, governador da Capitania de Mato Grosso, após expulsar os espanhóis da margem direita do rio Guaporé, arrasando o povoado de Santa Rosa, construiu na cachoeira, que deixa apenas um pequeno canal com condição de passagem, a Guarda de Santa Rosa Velha, isto porque os vencidos fundaram na outra margem do rio uma nova Santa Rosa. De "Guarda" o nome passou para Fortaleza de Santa Rosa Velha em 1762. Depois mudou o nome para Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição após a construção de um forte com estacada.

O capitão-general D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da Capitania de Mato Grosso, em uma viagem de inspeção ao forte, resolveu construir uma fortaleza em estilo moderno para defender a margem direita do rio Guaporé dos possíveis ataques dos espanhóis. O governador denominou a construção de Forte do Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira, em homenagem a D. José Francisco Xavier de Paula Domingos Antônio Agostinho Anastácio, príncipe da Beira, filho de Dona Maria, rainha de Portugal, e também porque o capitão-general nasceu na Província da Beira, em Portugal.

Marcando a presença dos portugueses no vale do rio Guaporé, a pedra fundamental do forte foi lança-

da no dia 20 de junho de 1776 e, concluída a construção, a inauguração ocorreu no dia 20 de agosto de 1783. O responsável pela construção foi Domingos Sambocetti, natural de Gênova, Itália, engenheiro nomeado para trabalhar nos serviços de demarcação dos limites entre Portugal e Espanha, definidos pelo Tratado de Santo Indelfonso (1777). Faleceu em 1780 acometido de malária durante a construção do forte.

Abandonado quando não havia transcorrido cem anos de sua inauguração, o forte foi pilhado e em ruínas acabou sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 30 de novembro de 1937.

Foi elevado à categoria de distrito do Município de Guajará-Mirim, com o nome de Príncipe da Beira, através do Decreto-Lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945.

Mantendo o nome, passou a ser distrito do Município de Costa Marques, através do Decreto nº 86.529, de 3 de novembro de 1981, situação que se mantém inalterada até hoje.

Rio Crespo

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Mal. Deodoro com o nome de Cafelândia, porque a região é produtora de café, fruto do cafeeiro (*Coffea arabica*), planta da família das Rubiáceas.

O projeto de emancipação que tramitava na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia foi incluído no item IX, do parágrafo único, do artigo 42, das Disposições Transitórias da nova Constituição Estadual de 1989, para alcançar sua autonomia administrativa, todavia argüida a inconstitucionalidade do ato, o projeto seguiu o seu caminho pelos trâmites normais daquela casa de leis.

O relator da Constituinte, deputado Amizael Silva, foi alertado por Gerino Alves, delegado do IBGE/RO, que já existia município com o

nome proposto, o que era um impedimento. Gerino Alves falou sobre as características geográficas do pretense município, tendo o deputado Amizael Silva escolhido o nome Rio Preto do Crespo, que logo a seguir considerou muito extenso, simplificando para Rio Crespo.

Com o nome de Rio Crespo o município foi criado pela Lei nº 376, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Ariquemes e Porto Velho.

No Estado de Rondônia existe, com frequência, a repetição de topônimos, fato que dificulta a identificação de rios, serras, lugares e outros. Com o nome de Rio Preto existem oito cursos d'água, tendo recebido, alguns desses, nomes complementares para os diferenciar um dos outros, por exemplo, rio Preto do Candeias (afluente do rio Candeias) e rio Preto do Crespo, significando que aquele rio estava localizado em terras do Sr. José da Costa Crespo, latifundiário que detinha enormes áreas em terras do futuro Estado de Rondônia.

Gentílico: rio-crespense.

Riozinho (Distrito de Cacoal)

A localidade surgiu a partir da construção da BR-29 (hoje BR-364), situada na margem direita do rio chamado de Riozinho, junto à ponte construída na rodovia.

Em 25 de maio de 1960 a quarta frente de desmatamento da BR-29 (hoje BR-364) já tinha aberto 3 km no sentido de Pimenta Bueno, a partir da localidade de Riozinho.

O nome claro veio do rio afluente da margem direita do rio Ji-Paraná ou Machado, que por ser um pequeno curso d'água foi chamado de Riozinho.

O povoado foi elevado à categoria de distrito do Município de Cacoal, através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978.

Rolim de Moura

Em meados da década de 70 o INCRA/RO implantou mais um projeto integrado de colonização denominado Rolim de Moura, nome escolhido em homenagem a Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, criada em 9 de maio de 1748.

Em 13 de julho de 1977 o engenheiro agrônomo Expedito Rafael, executor do INCRA em Cacoal, pousou de helicóptero no pátio da escola comunitária Vital Brasil, localizada na linha 200, a uma distância de 16 km do atual centro da cidade, com a finalidade de determinar o local para instalação do núcleo urbano do projeto. Foi escolhido o cruzamento da linha 25 com a linha 184, onde foram feitas as demarcações e distribuição dos lotes urbanos, tendo o povoado recebido o nome do projeto de colonização: Rolim de Moura.

Sem nunca ter sido distrito o povoado de Rolim de Moura foi transformado em município no dia 5 de agosto de 1983, através do Decreto-Lei nº 071, assinado pelo governador Jorge Teixeira de Oliveira, com área desmembrada do Município de Cacoal.

O nome do município é uma justa homenagem a Antônio Rolim de Moura Tavares, governador da Capitania de Mato Grosso (1751 a 1764), visconde de Azambuja, vice-rei do Brasil, que consolidou a conquista da fronteira portuguesa nos rios Guaporé e Madeira, terras onde no futuro seria criado o próspero Estado de Rondônia.

Gentílico: rolimourense.

Santa Luzia d'Oeste

Nos idos de 1978, dentre os núcleos urbanos de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura, existia um, no cruzamento da linha 184 com a linha 45, que era conhecido por Vila Bambu, conforme denominação do INCRA/RO.

A localidade, chamada de Vila Bambu pelos primeiros habitantes, foi sendo ocupada à medida que se desenvolvia a implantação do PIC-Rolim de Moura.

Com a emancipação de Rolim de Moura em 1983, o povoado de "Vila Bambu" foi elevado à categoria de distrito com o nome de Santa Luzia. A escolha do nome foi feita pelo governador Jorge Teixeira de Oliveira para homenagear a santa protetora dos olhos, que o tinha ajudado a se curar de um problema na visão.

Em 11 de maio de 1986, através da Lei nº 100, o distrito foi emancipado com o nome de Santa Luzia d'Oeste. Houve o acréscimo da expressão "d'Oeste" porque já existiam nos Estados da Bahia, Paraíba, Maranhão e Minas Gerais municípios com este nome e a lei proíbe a criação de nova unidade político-administrativa com o mesmo topônimo.

Gentílico: santa-luziense-d'oeste.

Santana do Guaporé (Distrito de São Miguel do Guaporé)

O povoado localizado no cruzamento da linha 106 com a linha 25 (RO-481 e RO-370), a 24 quilômetros da sede do município, surgiu com o nome de Santana do Guaporé e foi transformado em distrito do Município de São Miguel do Guaporé, através da Lei Municipal nº 142, de 25 de fevereiro de 1993, assinada pelo prefeito Ronis Roberto Mesquita.

O nome Santana é uma homenagem a Santa Ana, genitora de Maria, mãe de Jesus Cristo, e o acréscimo da expressão "do Guaporé" é uma homenagem a um dos rios mais importantes de Rondônia e serve também para diferenciar de outra unidade político-administrativa já existente com este nome.

São Felipe d'Oeste

A localidade surgiu de uma invasão de terras na Fazenda São Felipe, na década de 80, e após muitos conflitos ocorreu a desapropriação, através do Decreto nº 88.769, de 27 de setembro de 1983, assinado pelo presidente da República João Batista de Figueiredo, que declarou a área de interesse social.

Concretizada a distribuição dos lotes, os posseiros residentes decidiram que o nome São Felipe deveria permanecer na denominação do projeto de colonização implantado no Município de Pimenta Bueno.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de São Felipe d'Oeste, para diferenciar de município já existente no Estado da Bahia.

Em 22 de junho de 1994 foi criado o Município de São Felipe d'Oeste, através da Lei nº 567, assinada pelo governador Osvaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Pimenta Bueno.

Gentílico: são-felipense-d'oeste.

São Francisco do Guaporé

Os colonos que migraram para ocupar terras ao longo da BR-429, que liga a BR-364 (Rio Branco/AC a Cuiabá/MT) a Costa Marques, fronteira com a Bolívia, fundaram um núcleo urbano próximo ao rio Manoel Corrêa ou São Francisco, por volta da segunda metade da década de 80.

O povoado recebeu o nome do rio das proximidades e quando da criação do município recebeu a expressão "do Oeste" para diferenciar de um outro já existente em outro estado.

O município foi criado no dia 27 de dezembro de 1995 através da Lei nº 644, assinada pelo governador Valdir Raupp de Matos, com áreas

desmembradas dos Municípios de Costa Marques e Seringueiras.

Gentílico: são-franciscano-do-oeste ou são-francisqueense-do-oeste.

São Miguel do Guaporé

Em 16 de junho de 1984 reuniram-se várias pessoas com o Dr. João Bosco, executor do Projeto de Colonização Bom Princípio, para tratar da criação de um patrimônio às margens da BR-429, que liga Costa Marques à BR-364. O INCRA doou uma área de 350 hectares, à altura do km 125, para formação do novo patrimônio.

O nome de São Miguel surgiu do rio São Miguel, que fica próximo do local, e segundo informações dos habitantes o lugar chegou a ser chamado de São Miguel do Oeste.

A população lutava pela emancipação, quando no dia 6 de outubro de 1987, à noite, houve uma reunião das lideranças do lugarejo, com a participação do delegado do IBGE em Rondônia, Gerino Alves, e do chefe de gabinete do deputado Reditário Cassol, para definição dos limites do futuro município e escolha do nome. O delegado do IBGE explicou que São Miguel do Oeste não poderia ser usado, porque já existia outro município com esse nome e a lei não permitiria a criação de nova unidade político-administrativa com a mesma denominação. Sugeriu que se usasse a expressão "do Guaporé", porque o rio São Miguel era um dos mais importantes afluentes do rio Guaporé. A sugestão foi aceita e o processo de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de São Miguel do Guaporé.

O município foi criado com o nome de São Miguel do Guaporé no dia 6 de julho de 1988, através da Lei nº 206, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com área

desmembrada do Município de Costa Marques. Foi revogada a Lei nº 200, de 7 de junho de 1988.

Gentílico: são-miguelense-do-guaporé.

Seringueiras

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Bom Princípio, com o nome idêntico ao do projeto.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Bom Princípio de Rondônia, porque o deputado Reditário Cassol, autor do projeto, fora avisado pelo delegado do IBGE em Rondônia, Gerino Alves, que já existia município no Rio Grande do Sul com o nome escolhido.

Quando o projeto de emancipação foi escolhido para fazer parte do item XIV, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Nova Constituição Estadual de 1989, o relator da Constituinte, deputado Amizael Silva, era de opinião que as expressões “d’Oeste” e “de Rondônia” deveriam ser excluídas dos futuros topônimos. Por sugestão de Gerino Alves, delegado do IBGE em Rondônia, o deputado Amizael Silva escolheu o nome de Seringueiras, por ser a Bacia Hidrográfica do Rio São Miguel grande produtora de borracha, produto da seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore da família das Euforbiáceas.

Com o nome de Seringueiras o município foi criado pela Lei nº 370, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de São Miguel do Guaporé e Costa Marques.

Gentílico: seringueirense.

Teixeirópolis

A localidade surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, com o

nome de Teixeirópolis, uma justíssima homenagem ao coronel Jorge Teixeira de Oliveira, pessoa escolhida pelo presidente da República João Batista de Figueiredo para preparar o Território Federal de Rondônia com a finalidade de ser elevado à categoria de estado. O fato foi consumado no dia 22 de dezembro de 1981 e seu primeiro governador escolhido foi “Teixeirão”, apelido pelo qual era tratado carinhosamente o coronel.

O projeto de emancipação que tramitava na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia foi incluído no item XIX, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989, para alcançar sua autonomia político-administrativa; todavia, argüida a inconstitucionalidade do ato, o projeto ficou aguardando os trâmites normais para sua aprovação.

Apesar de fazer parte dos 21 “municípios” que ganhariam suas emancipações através das Disposições Transitórias da Constituição de Rondônia de 1989 e com o plebiscito favorável, Teixeirópolis não foi emancipado entre os 17 municípios criados em 13 de fevereiro de 1992.

O Município de Teixeirópolis foi criado pela Lei nº 571, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: teixeiropoliense ou teixeiropolino.

Theobroma

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl com o nome de Theobroma, em homenagem ao nome científico do cacaueteiro (*Theobroma cacao*), árvore da família das Esterculiáceas, que produz o cacau, matéria-prima utilizada na fabricação de chocolate, cujo cultivo tem grande importância na região.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Theobroma, tendo sido incluído no item VII, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989, para conseguir sua autonomia político-administrativa. Argüida a inconstitucionalidade do ato, o município foi criado pela Lei nº 371, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Jaru.

Gentílico: theobromense.

Urupá

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, Setor Urupá. O nome, que é uma homenagem ao rio Urupá, importante afluente do rio Machado ou Ji-Paraná, vem de uma tribo indígena que habitava a bacia hidrográfica desse importante rio rondoniense e provavelmente é uma alteração de Uru-Upaba, que significa lagoa do uru.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Urupá, tendo feito parte do item IV, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição de 1989, para alcançar sua autonomia político-administrativa; e, uma vez argüida a inconstitucionalidade do ato, o município foi criado pela Lei nº 368, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Ouro Preto do Oeste e Alvorada d’Oeste.

Gentílico: urupaense.

Vale do Anari

A localidade surgiu como núcleo urbano de apoio rural da Gleba Anari com o nome de Sílvio de Farias.

Em 1989 um grupo de líderes da população local criou uma associação, denominada Vale do Anari, para lutar pela resolução dos problemas da região.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Vale do Anari, deixando-se de lado a oportunidade de se prestar justa homenagem a um homem, considerado por alguns polêmico, a quem a história de Rondônia deve quase tudo no setor de colonização de terras: “capitão” Sílvio Gonçalves de Farias.

O nome Vale do Anari é por estar a cidade localizada no vale do rio Anari, que banha a região. Esse rio, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná ou Machado, foi conhecido pelos primeiros colonizadores pelo nome de Uaneri. O nome vem de um peixe teleosteo (*Creagrutus anary*), caraciforme, da família dos Caracídeos.

O Município de Vale do Anari foi criado pela Lei nº 572, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Machadinho d' Oeste.

Gentílico: vale-anariense.

Vale do Paraíso

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto e, por estar localizado no vale do igarapé do Paraíso, afluente do rio Jaru, o povoado recebeu o nome de Vale do Paraíso.

Com o nome de Vale do Paraíso o projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, tendo sido incluído no item XX, do parágrafo único, do artigo 42 das Disposições Transitórias da Constituição de 1989; e, uma vez argüida a inconstitucionalidade do ato, o município foi criado pela Lei nº 367, de 13 de fevereiro de

1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: vale-paraisense.

Vilhena

A Comissão Rondon, que abria a picada da linha telegráfica, chegou à região dos “Campos Novos dos Parecis”, onde hoje está localizado o Município de Vilhena, no dia 29 de junho de 1909, acampando nas nascentes de um rio que o Cel. Rondon denominou de Comemoração de Floriano.

“Em 12 de outubro de 1911 Cel. Rondon inaugurou a estação telegráfica de Nhambiquara e Vilhena”. (“Rondon Conta sua Vida”, página 350, 1969, Esther de Viveiros).

“Em 1912, a Comissão Rondon, passando por aquele local na faina de estender a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio no rio Madeira, instalara o posto teleográfico de Vilhena.

De 1912 até março de 1960, nada mais se acrescentara à região, além da casa do posto teleográfico. Ali não se formara nenhuma fazenda, nenhum outro morador ali viera se estabelecer. Naquela imensa solidão da serra dos Parecis, somente permanecia uma casa onde estava instalado o posto teleográfico do qual cuidava um índio Pareci que aprendera a ler, escrever e manejar o aparelho Morse.

Aquilo era Vilhena. Um único morador em uma casa situada no vasto sertão da serra dos Parecis, onde os campos cerrados do Planalto Central começam a dar lugar à floresta equatorial que se estende contínua em direção à planície amazônica”. (“Nas Selvas Amazônicas”, página 322, 1961, de Manoel Rodrigues Ferreira).

O atual núcleo urbano de Vilhena surgiu em março de 1960 quando foi instalado o acampamento da Firma

de Engenharia, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., situado a 8 quilômetros do antigo posto teleográfico da Comissão Rondon. A Camargo Corrêa recebera do DNER a tarefa de construir o trecho da BR-29 (hoje BR-364) entre Barracão Queimado, MT, e Pimenta Bueno, RO.

Em 18 de maio de 1960 foi estabelecido oficialmente o tráfego rodoviário entre Cuiabá e Vilhena.

No povoado de Vilhena, surgido de um acampamento da Firma Construtora Camargo Corrêa, em 4 de julho de 1960, o presidente da República, Juscelino Kubitschek, inaugurou oficialmente a abertura do tráfego precário na rodovia BR-29 (hoje BR-364), ligando Brasília a Rio Branco, Acre, derrubando a “última” árvore do desmatamento do leito da estrada.

Uma versão sobre a origem do nome diz que Rondon denominou de Vilhena o posto teleográfico instalado no Planalto dos Parecis para homenagear seu ex-chefe Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, maranhense, que exerceu a chefia da Organização da Carta Telegráfica da República e Direção Geral dos Telégrafos.

Uma outra versão fala que Rondon denominou a Estação Telegráfica de Vilhena, para homenagear um dos tenentes da sua equipe, o engenheiro Antônio Carlos Vilhena.

Em 1º de abril de 1969 o povoado de Vilhena foi elevado à categoria de subdistrito do distrito de Rondônia (hoje Ji-Paraná) do Município de Porto Velho, através do Decreto nº 565, assinado por Luiz Felipe de Azevedo, governador em exercício.

O município, com o nome de Vilhena, foi criado pelo artigo 47 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente da República Ernesto Geisel, com áreas desmembradas dos Municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Gentílico: vilhenense.

Bibliografia

- ATLAS de Rondônia. Escala 1 : 2. 500.000. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 1 atlas (42 p.) : 17 mapas color.
- BIBLIOTECA de auxílio ao sistema educacional. São Paulo: Iracema, 1994.
- BUENO, F. S. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Lisa, 1989. 716 p.
- CANTANHEDE, A. J. *Achegas para a história de Porto Velho*. Manaus: Escola Técnica de Manaus, 1950.
- COMPÊNDIO de história e cultura de Rondônia. Porto Velho: EDIGRAL: FUNCER, 1993.
- _____. *Guiapress - Rolim de Moura*. [S. l.: s. n.], v. 3, n. 43, 1986.
- CORRÊA FILHO, V. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- COSTA MARQUES/RO, perfil sócio-econômico. Porto Velho: SEPLAN/SEREM/PR, 1988.
- DICIONÁRIO Lello Universal. Porto: Lello Irmãos Editores, [19__].
- ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14: Amazônia, Pará e territórios.
- FERNANDES, A. *Gramática tupi*. 2. ed. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, [19__].
- FERREIRA, M. R. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.
- _____. *Nas selvas amazônicas*. São Paulo: Biblios, 1961.
- HUGO, V. *Desbravadores*. Manaus: Salesiana de Humaitá, 1959. v. 1.
- _____. _____. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991. v. 1.
- _____. _____. v. 3. Inédito.
- IBAÑES, A. *Histórico da fundação da atual cidade e município de Costa Marques/RO*, [S. l.: s. n., 19__].
- INFORMAÇÕES sobre Rondônia e seus municípios. Porto Velho: SEDUC, 1982.
- LEAL, P. N. *O outro braço da cruz*. Porto Velho: [s. n.], 1983.
- LIMA, A. M. *Terras de Rondônia*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1991.
- MATOS, G. M. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.
- MENESES, E. P. *Retalhos para a história de Rondônia*. Porto Velho: Gênese, Livro II, 1984.
- MONOGRAFIA de Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- NEVES, A. *A caminho de Ji-Paraná*. 2. ed. [S. l.: s. n.], 1991.
- PINHEIRO, A. T. P. *Viver amazônico*. Porto Velho: [s. n.], 1986. v. 2.
- PINTO, E. R. *Rondônia*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense/Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1950.
- PINTO, E. P. *Caiari, lenda, proto-história e história*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1986.
- _____. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Rondônia, evolução histórica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- RONDÔNIA, um pólo cacauero. Porto Velho: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1978.
- SILVA A. G. *Amazônia Porto Velho*. Porto Velho: [s. n.], 1991.

SILVIA, A. G. *No rastro dos pioneiros*. Porto Velho: Escopo, 1984.

SILVA FILHO, G. A. *Divisão territorial de Rondônia*, Porto Velho: [s. n.], 1997.

_____. *Hidrografia e orografia de Rondônia*. Porto Velho: [s. n.], 1995.

_____. *Monografia do Estado de Rondônia*. Porto Velho: [s. n.], 1996.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985. 197 p.

VIVEIROS, E. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

Resumo

Este trabalho, chamado de “Toponímia de Rondônia”, traz a origem do nome do Estado de Rondônia e dos seus cinquenta e dois municípios e nove distritos, além dos distritos-sede, bem como os seus gentílicos. A pesquisa servirá de subsídio para futuros estudos sobre o surgimento dos nomes das cidades e vilas rondonienses.

Abstract

The research, entitled “Toponymy of Rondonia”, enclose toponymical informations about the fifty-two municipalities and nine administrative districts of Rondonia. The informations about the origen and designation of Rondonia’ municipalities will subsidize future researches and studies in Rondonia.